



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

8

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)


Atena
Editora
Ano 2020



EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

8

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado

8

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : atualidade e capacidade de transformação do conhecimento gerado 8 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-286-9

DOI 10.22533/at.ed.869201208

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Planejamento educacional.
I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores brasileiros.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo destrato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. Precisamos criar diferentes espaços de resistência a todos os retrocessos que nos estão sendo impostos. O oitavo volume deste livro, intitulado “**Educação: Atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, aqueles e aquelas que pensam e inter cruzam as diferentes problemáticas educacionais.

Este livro, portanto, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional brasileiro. Os capítulos que compõe essa obra abordam, de forma interdisciplinar, a partir da realização de pesquisas, relatos de casos e revisões, problemas e situações comuns a Educação.

Por fim, ao levar em consideração todos os elementos que apresentamos anteriormente, esta obra, a partir das discussões que emergem de suas páginas, constitui-se enquanto importante leitura para aqueles que fazem Educação no país ou aqueles que se interessam pelas temáticas aqui discutidas. Nesse sentido, desejo uma boa leitura a todos e a todas.

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BRINQUEDO DE MIRITI COMO RECURSO DIDÁTICO DE APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ILHA PARAMAJÓ	
Jonata da Trindade Ferreira Maria do Socorro Fonseca Rodrigues José Francisco da Silva Costa Manoel Carlos Guimarães da Silva Ana Paula Trindade de Freitas Benezade Barreto da Trindade Maria da Trindade Rodrigues de Sarges Jhonys Benek Rodrigues de Sarges João Batista Santos de Sarges Maria Flaviana Couto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8692012081	
CAPÍTULO 2	17
RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEILA DE FÁTIMA ALVAREZ CASSAB - PEIXINHO SONHADOR: OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR	
Solange Santos Ferreira dos Reis Maria Elena Mangiolardo Mariño Silvia Ferreira Mendes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8692012082	
CAPÍTULO 3	24
TEXTO LITERÁRIO: TECENDO FIOS INTERDISCIPLINARES	
Verônica Maria de Araújo Pontes André de Araújo Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.8692012083	
CAPÍTULO 4	36
VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS PRESENTES NO FILME TAPETE VERMELHO	
Rannya Maygia de Melo Duarte Francisca Verônica Pereira Moreira Jonatas Queiroga Guimarães Silvânia Lúcia de Araújo Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8692012084	
CAPÍTULO 5	45
A AVENTURA DE APRENDER A LER E ESCREVER EM <i>UMA PROFESSORA MUITO MALUQUINHA</i>	
Josenildo Oliveira de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.8692012085	
CAPÍTULO 6	57
RESPONSIVIDADE E MULTILETRAMENTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Jannayna Maria Nobre Sombra Risleide Rosa Freire de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8692012086	

CAPÍTULO 7	69
TRIBOS URBANAS: UMA OFICINA INTERDISCIPLINAR NO CENTRO JUVENIL DE CIÊNCIA E CULTURA BARREIRAS BAHIA	
Eliane da Silva Nunes Laisa Macedo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.8692012087	
CAPÍTULO 8	78
A REELABORAÇÃO SOCIOCULTURAL NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ATIKUM	
Édila Bianca Monfardini Borges Valney Dias Rigonato	
DOI 10.22533/at.ed.8692012088	
CAPÍTULO 9	94
A ESCOLA SÃO JOÃO DO TAUAPE	
Juscelino Chaves Sales	
DOI 10.22533/at.ed.8692012089	
CAPÍTULO 10	98
(IN) DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES EM ANÁLISE	
Evanileide Patrícia Lima Figueira Elianeth Dias Kanthack Hernandes	
DOI 10.22533/at.ed.86920120810	
CAPÍTULO 11	106
A SENSIBILIDADE DO OLHAR DA CRIANÇA	
Miramar Oliveira da Silva Araújo Leila Mara da Silva Viana	
DOI 10.22533/at.ed.86920120811	
CAPÍTULO 12	116
ENSINO DE CARTOGRAFIA E A BNCC EM SALA DE AULA	
Ricardo Acácio de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.86920120812	
CAPÍTULO 13	122
AUTORIA NA ESCOLA: A VOZ DO GRÊMIO NA WEB RÁDIO ESCOLAR	
Arisnaldo Adriano da Cunha Fabrícia Cristiane Guckert Cláudio de Musacchio	
DOI 10.22533/at.ed.86920120813	
CAPÍTULO 14	133
DESENHO INFANTIL: UNIVERSO IMAGINÁRIO DAS CRIANÇAS DE 5 ANOS	
Maria Auxiliadora Alves Arrais Barbosa Angélica Aparecida da Silva Marta de Oliveira Carvalho Fábio Santos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.86920120814	

CAPÍTULO 15	139
A UTILIZAÇÃO DE PROPOSTAS SENSORIAIS E DE MOVIMENTO NAS AULAS DE MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Juliana Boff Aramayo Cruz Camile Tatiane de Oliveira Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.86920120815	
CAPÍTULO 16	148
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA VIVÊNCIA ESCOLAR NA PROVÍNCIA DE YUNNAN, CHINA	
Ismete Ahmeti Germana Ponce de Leon Ramirez	
DOI 10.22533/at.ed.86920120816	
CAPÍTULO 17	162
EDUCAÇÃO INFANTIL: PARTICIPAÇÃO DA CRIANÇA NO COTIDIANO COM EQUIDADE	
Denise Bueno da Silva Mareli Eliane Graupe	
DOI 10.22533/at.ed.86920120817	
CAPÍTULO 18	167
AMIZADE NA ESCOLA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Izabela Dellangelica Carvalho de Oliveira Jussara Cristina Barboza Tortella	
DOI 10.22533/at.ed.86920120818	
CAPÍTULO 19	180
O COLORIR COMO OBJETO DE ENSINO, UMA BREVE SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
Ana Julia Zainun Laura Cunha Hanitzsch Ana Paula Pacheco Moraes Maturana	
DOI 10.22533/at.ed.86920120819	
CAPÍTULO 20	188
INVESTIGAÇÕES EM EDUCAÇÃO MUSICAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Cristina Rolim Wolffenbüttel Sita Mara Lopes Sant'Anna	
DOI 10.22533/at.ed.86920120820	
CAPÍTULO 21	197
REFORMULAÇÕES DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES MUNICIPAIS	
Francieli Axman Tavares Duarte Antonio Carlos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.86920120821	
SOBRE O ORGANIZADOR	205
ÍNDICE REMISSIVO	206

A REELABORAÇÃO SOCIOCULTURAL NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA ATIKUM

Data de aceite: 03/08/2020

Data de submissão: 13/05/2020

Édila Bianca Monfardini Borges

Escola SESI Ignez Pitta de Almeida

Barreiras – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/7327311538741482>

Valney Dias Rigonato

Universidade Federal do Oeste da Bahia

Barreiras – Bahia

<http://lattes.cnpq.br/7197391328092124>

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões acerca do processo educacional da etnia Atikum, entrelaçada com os desafios identitários e educacionais no processo de ensino e aprendizagem em Geografia Escolar na Educação Escolar de Angical, BA. O objetivo foi analisar os caminhos e desafios da Escola Municipal Indígena Atikum diante do processo de reelaboração sociocultural. Em virtude da realidade escolar deste município e da comunidade Indígena em questão, optou-se pela leitura Etnogeográfica dos modos de vida dos indígenas, bem como revisão bibliográfica que versa sobre esta temática, de forma a analisar as aproximações e distanciamentos

entre o histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil e a problemática da Geografia Escolar que é ensinada na escola supracitada. Ao longo da pesquisa no espaço escolar e das práticas escolares revelou que o fato do governo federal, estadual e municipal viabilizar a elaboração de documentos educacionais específicos que auxiliem o trabalho educativo em comunidades indígenas, não significa que há, na prática, a efetiva realização de tal, visto que, as diversas etnias existentes no país, e em específico a etnia Atikum do Assentamento Benfica, lutam diariamente pelo seu pleno reconhecimento e valorização de sua reelaboração sociocultural nos currículos e nas práticas educativas. Dessa forma, os resultados apontam que a etnia Atikum se encontra em processo contínuo de ressignificação e reelaboração sociocultural, e há apenas a expectativa do ensino intercultural enquanto possibilidade didática e pedagógica de ensinar e aprender com a identidade étnica Atikum na escola da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena. Etnogeografia. Identidade. Interculturalidade.

SOCIOCULTURAL REELABORATION IN SCHOOL GEOGRAPHY: THE CASE OF THE ATIKUM INDIGENOUS MUNICIPAL SCHOOL

ABSTRACT: This article introduces reflections about the educational process of the Atikum ethnic group regarding identity and educational challenges within the teaching and learning process of Geography subject taught over School Education in *Angical, BA*. The purpose was to evaluate the paths and challenges of the *Atikum* Indigenous local School in the face of the socio-cultural re-enfolding process. Due to the school reality of this municipality and the Indigenous community in question, an ethnogeographic reading of their way of life was chosen, as well as a bibliographic review that deals with this theme, in order to analyze the approaches and distances between the record and practices of Indigenous Education in Brazil, and the issues relating to the subject of geography, which is taught at the school previously mentioned. Throughout the research at the school space and on school practices, it has been disclosed that, the fact that the federal state and municipal government make it possible to prepare specific educational data to assist educational work in indigenous communities, does not necessarily mean that there is, in practice, a functional realization of this, given that several ethnic groups existing in the country -and especially the *Atikum* ethnicity of *Benfica* settlement- struggle daily for full recognition and appreciation of their socio-cultural rework in curricula and educational practices. Therefore, the results show that the *Atikum* ethnic group is in an enduring process of reframing, socio-cultural re-elaboration, and there is only the expectation of intercultural schooling as a didactic and pedagogical possibility of teaching and learning under the *Atikum* ethnic identity in the community school itself.

KEYWORDS: Indigenous School Education. Ethnogeography. Identity. Interculturality.

1 | INTRODUÇÃO

Dentre a reelaboração sociocultural, o principal foco deste artigo é debater o panorama geral do histórico das leis e diretrizes da Educação Escolar Indígena no Brasil, os princípios que norteiam esta educação que se coloca como diferenciada e a realidade escolar dos indígenas Atikum em Angical, BA. Ao longo da pesquisa identificamos conflitos e contradições que há entre o discurso legal e a atual condição do saber/fazer geográfico na escola indígena da comunidade. Também de modo geral, percebemos que esse contexto implica na reelaboração social, material simbólica e cultural, econômica e política do modo de vida das famílias indígenas.

Nesta pesquisa Etnogeográfica, consideremos os indígenas como novo sujeito escolar e para compreender a Geografia Escolar desenvolvida no espaço escolar indígena, fez-se necessário a participação ativa. Ao longo da convivência compreendemos os significados antes desconhecidos: modo de vida da comunidade Atikum; as suas manifestações socioculturais; a organização da escola na comunidade e como a realidade desta é abordada na perspectiva da Geografia Escolar. Desse modo, buscamos adentrar nas

especificidades cotidianas as quais são importantes na formação cidadã dos estudantes indígenas.

Para Cavalcanti (2002) é relevante, ainda que não suficiente, para os professores de Geografia enfrentar o desafio de se considerar, entre outras, a cultura geográfica dos alunos. Com esse respaldo, fomos percebendo a partir da convivência, do envolvimento Etnogeográficos que os significados, os sabores, os fazeres, as danças, as músicas, as pinturas, os artesanatos nem sempre são valorizados na Geografia Escolar tradicional ou “colonialista”.

Então, ao vivenciarmos, ao interagirmos, ao conquistarmos a confiança foi se revelando outras práxis a qual apresentou uma riqueza de temas a serem abordados, uma vez que, enquanto disciplina, a Geografia Escolar precisa ultrapassar o imaginário de observação e descrição de paisagens, comprometendo-se com as relações históricas, étnicas e socioculturais que se manifestam na prática cotidiana e como estas interferem na dinâmica espacial.

Diante destas constatações, destacamos que é necessário pensar sobre o que os estudantes vivenciam em seu dia a dia. Quais as atividades que eles desenvolvem com a família, com os amigos e quais aprendizados são adquiridos a partir destas experiências, para que relacione com o conhecimento geográfico sistematizado no espaço escolar.

Esse fato instiga os nossos olhares para a necessidade da reelaboração sociocultural na Geografia Escolar Indígena Atikum. Uma Geografia Escolar Decolonial, na qual a escola se apresenta como um lugar construído para socializar saberes tradicionais, para aprender conhecimentos científicos e que estejam aliados às suas formas de ser, agir, vestir, comer, viver, pensar. Uma Geografia Escolar Decolonial que valorize o itinerário de lugares da etnia Atikum que passaram desde a saída de “suas” terras no Pernambuco até chegarem no Assentamento Benfica, que não é uma aldeia indígena, já residiam outros moradores não indígenas com realidades e a estrutura de agrovila diferentes da aldeia que moravam antes, mas que os estudantes indígenas tiveram que reelaborar seu modo de vida.

Para melhor entendimento da pesquisa iremos trabalhar neste artigo os seguintes tópicos: Breve panorama da Educação Escolar Indígena no Brasil; Reelaboração sociocultural: conceitos e reflexões para uma Educação Escolar Indígena e os desafios para uma Geografia Escolar Decolonial: o caso dos indígenas Atikum.

2 | BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

O desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, foi uma conquista que legitimou o componente democrático representado na universalização do ensino de qualidade para todos. Com a implantação da

gestão escolar democrática, o movimento indígena conseguiu sua inserção nas políticas públicas no que tange à conservação da sociodiversidade indígena.

Em relação à educação formal, novos segmentos foram inclusos afim de conduzir as práticas pedagógicas que seriam, a partir de então, o direcionamento dos currículos de uma educação escolar intrínseca, em consonância com a Lei nº 9.394/1996¹ da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e discute-se as possibilidades de planejar uma Educação Escolar Indígena que seja diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e multilíngue (BRASIL, 2014).

Apesar dos avanços desde a Constituição Federal de 1988, o panorama das escolas indígenas em âmbito nacional não alcançou uma educação diferenciada e específica na maioria das etnias ou aldeias no território brasileiro. Ao longo das últimas décadas e, principalmente nos últimos anos percebe-se que os direitos escolares na constituição se transformaram apenas em mera formalização para “calar” - e que não conseguiram – a luta dos movimentos indígenas e associados, pois, na realidade o Estado se nega a manter relações decoloniais com as comunidades indígenas.

Entretanto, não podemos desconsiderar o fato de o nosso sistema educacional ser uma herança eurocêntrica e colonialista, mesmo que “todos” concordem e reproduzem discursos de valorização às diferenças. Tais práticas e discursos ainda estão muito aquém da desconstrução do imaginário educativo colonizado. Imaginário, discurso e representações que geralmente deturpam (ram) as culturas das várias etnias indígenas no Brasil.

GOMES (2003, p.74) nos lembra um fato importante: “a escola possui a vantagem de ser uma das instituições em que é possível o encontro das diferentes presenças. É também um espaço sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças e valores diversos”. Por isso, talvez, é que ela é uma das principais reivindicações dos grupos indígenas do Brasil neste início do século XXI.

Há três décadas² as comunidades indígenas têm se articulado para desenvolver e institucionalizar projetos de educação escolar específica e diferenciada como bandeira de luta para contestar esse modelo tradicionalista educacional do período colonial. Tudo indica que eles perceberam que é importante os conhecimentos científicos para fortalecê-los dentro do diálogo de saberes para enfrentar o colonialismo ainda cristalizado na Educação Brasileira.

Documentos como o RCNEI, que integra a série Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelece de forma

1. Essa Lei situa vários princípios gerais para o ensino, dentre os quais, destacam-se o pluralismo de ideias e de teorias pedagógicas; valorização do profissional de educação escolar; vinculação entre as práticas sociais, trabalho e escola, dentre outros.

2. É necessário destacar que a mobilização política dos indígenas tem sido realizada em parceria com entidades indígenas, algumas delas criadas ainda em meados da década de 1970 (BRASIL, 2014).

enfática a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à reelaboração sociocultural e a língua materna, e pela interculturalidade, na qual, o MEC, objetiva, com este material, nos auxiliar em nosso trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas. Difunde-se a relevância de discutir a perspectiva intercultural indígena como essencial nas esferas sociais e educacionais e elaboração de políticas voltadas para estes povos.

Estão documentadas as ações que podem servir como premissa para a educação indígena no âmbito nacional, como é o caso dos cadernos SECAD/MEC 2007, diretrizes curriculares educacionais CNE/CEB nº 13/2012, além de contar com pesquisas de autores em comunidades indígenas. Esses materiais apontam conceitos e práticas pedagógicas em diferentes perspectivas para contribuir no debate e o possível desenvolvimento da educação escolar indígena nas diferentes aldeias.

No Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, §4º refere-se ao regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnicos educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e as especificidades dos modos de vida, socioculturais e linguísticas de cada comunidade indígena envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a elas.

O supracitado referencial curricular e PNE, surgiu com a intenção de oferecer aos professores e comunidades indígenas uma sistematização de reflexões em contextos de reelaboração sociocultural no que tange à implementação de diferentes práticas pedagógicas que considere a valorização e o fortalecimento das identidades étnicas do Brasil. Tais documentos permitem problematizar a necessidade de uma educação escolar indígena no Brasil e os porquês de se estudar as várias disciplinas, e no contexto deste artigo, a Geografia nas Escolas indígenas.

Diante da explanação, é notório que existem avanços consideráveis na legislação vigente no que se refere à garantia dos direitos indígenas e de seus próprios processos de aprendizagem em escolas diferenciadas. No entanto, percebe-se também na prática, que as proposições presentes nos textos ainda caminham de forma vagarosa, principalmente quando se leva em consideração o atual cenário político do país (pós-neoliberal) e a ineficiência proposital do poder público em defesa dos territórios, das terras e da vida dos indígenas.

No campo específico desta pesquisa, foi possível observar a ausência proposital do poder executivo do município de Angical, BA e do município de Cotegipe que sobre álibi que a referida escola indígena Atikum se encontra na zona limítrofe entre os dois municípios, os deixam sem apoio e investimento necessário para o desenvolvimento escolar indígena.

Todavia, ao longo da pesquisa foi possível evidenciar por meio dos relatos orais dos indígenas Atikum, que se os órgãos indigenistas viabilizassem cursos de educação

intercultural na própria comunidade, a educação escolar seria de fato específica e diferenciada.

3 | REELABORAÇÃO SOCIOCULTURAL: CONCEITOS E REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Adotaremos na contextura desta pesquisa o termo reelaboração sociocultural ao invés de diversidade, pois, entendemos que o último remete uma expressão com definições delineadas e carregadas de estereótipos coloniais. Além disso, diversidade é um termo que evoca um imaginário de aceitação e inclusão que na realidade maquia o histórico de preconceito às diferenças e que reproduz a exclusão por parte daqueles que possui dificuldade de aceitação e/ou não entendem, ou simplesmente são colonialistas. Neste intuito, o termo reelaboração sociocultural representa para esta pesquisa, o desejo que a escola indígena Atikum possui, de ressignificar as condições de vida do grupo e oportunizar o lugar dos estudantes indígenas na sociedade.

Para refletir sobre como o termo supracitado se aplica ao contexto indígena, o quadro a seguir traz uma sequência de autores que trabalham na área, e discutem esse termo em diferentes enfoques.

Autor	Conceitos
TASSINARI	Sociedade indígena, nossa sociedade
GOMES	Cultura, política, poder
CASTRO	Território, política, poder
BRANDÃO	Cultura, arte e educação
BANIWUA	Leis, direitos, interculturalidade
KADLUBITSKI, JUNQUEIRA	Políticas públicas, cultura, educação

Quadro 1: Estudos sobre Reelaboração Sociocultural para os povos indígenas

Fonte: Referências levantadas pela autora durante a pesquisa bibliográfica.

BORGES (Org.) 2017.

Brandão (2008) analisa a reelaboração sociocultural do ponto de vista centrado nas artes, que se relaciona à ideia cultural do grupo e abarca toda a sua criação cultural sob diversas configurações. Ao analisar essa definição proposta pelo autor supracitado, nos ocorre que, as aldeias indígenas sempre se dispuseram de modo de vida, de objetos, pinturas, artefatos, criados pelos próprios indígenas.

Acontece que, com o avanço das tecnologias, a valorização dessa criação cultural tanto divulgada em diversos outros países resulta por se tornar um pretexto para a mercantilização da arte indígena, o que se configura em fins de comercialização dessa cultura, silenciando todo o significado e ritual de pensamento e criação dessa arte. Não

obstante, os indígenas Atikum produzem artesanatos, não para fins comerciais, mas para decoração de suas casas, escola e servir de acessórios para serem utilizados em comemorações conforme se pode visualizar na figura a seguir.



FIGURA 1: Artesanatos produzidos pelos indígenas Atikum

Foto: Borges, abril de 2015

Como se percebe, refletir acerca da reelaboração sociocultural é um processo amplo e contínuo, principalmente no caso específico dos povos indígenas. Ao discutir a reelaboração neste contexto, faz-se necessário analisar a influência das relações de poder presentes no espaço escolar, que vai definir a postura organizacional, a cultura escolar e as escolhas políticas. Por isso, Gomes (2003, p.71) discute as diferenças tanto em perspectiva cultural quanto política, “[...] por que ela não está fora das relações de poder. Diz respeito aos padrões e aos valores que regulam essas relações”.

As diferenças culturais e étnicas no decorrer da história estiveram atreladas a classe dominantes, sendo que esta, sempre tentou impor os seus costumes, hábitos e a maneira de agir, bem como buscando inferiorizar e suprimir a cultura étnica das ditas “minorias”, conforme afirma Bauman (2003, p.82) “as pessoas são designadas como de ‘minorias étnicas’ sem que lhes sejam pedido consentimento”, e são vistas como uma ameaça de contestação à esses padrões culturais impostos.

Para contribuir com este debate acerca das relações de poder, Castro (2009) discute o poder em três formas elementares: o poder despótico é um poder que visa ao bem privado de quem o exerce. Está voltado sobre si mesmo e sobre a “força da força”; o poder da autoridade, reivindicada para assegurar alguma forma de interesse individual e coletivo; e, o poder político pelo bem comum [...]” sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo”. Este último revela melhor a realidade da organização da escola indígena em questão.

Na escola as relações de poder já se destacam na própria hierarquização da

estrutura humana que correspondem às ações desenvolvidas entre gestores, professores (as), funcionários e estudantes. Oposto a isso está a escola municipal indígena Atikum, que há todos esses componentes humanos na escola, no entanto, não se percebe essa hierarquização, por que as ações de gerir, ensinar, aprender, organizar o meio escolar são praticadas igualmente o que não necessita de uma pessoa tida como poder “maior” na escola, para que tais ações sejam desenvolvidas.

É válido destacar que esta configuração atual do sistema escolar nesta escola indígena se deu após os indígenas lutar pela sua própria autonomia, pois, a priori, o cenário escolar da comunidade, era de relações de poder como autoridade, em que professores e estudantes indígenas eram obrigados a seguirem a organização hierárquica de ensino – aprendizagem das outras escolas da comunidade Benfica. Voltaremos a este assunto logo mais à frente.

O contexto da reelaboração sociocultural não é apenas um ponto de partida para se trabalhar as diversas culturas e etnias no meio escolar, mas principalmente, um segmento que vem sendo construído há muito tempo e que constitui um círculo de relações sociais, econômicas, políticas, históricas, naturais e identitária que se conectam e concomitantemente se desafiam, e é nesse embate antagônico que acontece a reconstrução a cada dia.

Urge que as teorias pedagógicas sejam explicitadas e debatidas para que não sejam feitas interpretações da reelaboração sociocultural mediadas por concepções pedagógicas das classes hegemônicas, geralmente com práticas e discursos colonialistas. É de se esperar, portanto, que os estudos e práticas voltadas para a temática indígena enfrentam o problema da elaboração de propostas pedagógicas que lutam contra qualquer forma de manutenção de preconceitos, exclusão e alienação.

Há leis como a Lei 6.001 promulgada em 1973 de criação do Estatuto do índio, para garantir os direitos dos indígenas, então por que estes não são reconhecidos como humanos detentores desses direitos? No nosso país, tanto para o governo quanto para as parcelas dominantes da sociedade, os indígenas apenas existem como figuras ilustrativas da história do Brasil. Com base neste princípio, há a manutenção do conflito do (não) reconhecimento destes sujeitos em ocupar um lugar de visibilidade na nossa sociedade, além de ser discriminados e invisibilizados também pelas classes menos privilegiadas dentro da lógica do Estado-Moderno-Colonial brasileiro.

Geralmente, quando fala-se em leis de direitos indígenas, há a necessidade de repensar sobre as políticas públicas tais como: a proposta de criação do Conselho de Políticas Indigenistas; Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental, os conselhos Nacionais de Educação Escolar Indígena, de Saúde Indígena, de segurança alimentar, de política cultural, dentre outras, que podem ser instituídas, de modo que estas não sejam utilizadas para cercear os segmentos da sociedade em relação à outros. Kadlubitsky e Junqueira (2009). Segundo o parecer CNE/CEB N° 13/2012 do projeto de resolução que

instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena,

[...]as políticas públicas encontram o desafio de unir universalização de direitos e ações políticas com o efetivo respeito e valorização das diferenças socioculturais como princípio orientador para as políticas educativas voltadas aos grupos indígenas. Em tais políticas, igualdade e **reelaboração** não devem ser antagônicas, constituindo-se nos fundamentos de uma sociedade democrática promotora da justiça social (BRASIL, 2012, p.380).

No entanto, não adianta romantizar as concepções das políticas públicas educacionais, é preciso enfrentar a riqueza cultural representada por estes povos como um tanto acontecimento fidedigno que determina ações características adequadas ao contexto local, pois segundo Grupioni (2003, p.119) [...]” só assim, o étnico será levado a sério e garantirá o efetivo respeito que a reelaboração sociocultural merece por parte das políticas públicas, sempre homogeneizadoras”.

Além disso, quando instituimos juízo de valor dessas políticas socioculturais, Baniwua (2008) sinaliza que [...]” toda essa heterogeneidade cai por terra, porque temos políticas totalmente monolíticas”. As políticas são pensadas como se todo cidadão brasileiro falasse a mesma língua, comesse a mesma comida, tivesse os mesmos valores.

Se, numericamente, somam aproximadamente 300 mil indígenas brasileiros – o que equivale a apenas 0,2% da população total do país – (BRASIL 2010), as sociedades indígenas, cultural e linguisticamente, representam uma magnífica soma de experiências históricas e sociais diversas, de elaborados saberes e criações, de arte, de música, de saberes, de conhecimento, de filosofias originais.

Como se percebe nos dados estatísticos, as populações indígenas somam mais de 240 povos indígenas com um total de 896.617 pessoas. Destas, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde a 0,47% da população total do país, (BRASIL, 2010). Todavia, ao contrário das argumentações das dificuldades de implementação das políticas educacionais voltadas para as escolas indígenas, percebemos que é impossível instaurar políticas pariforme para uma cultura tão plural.

No caso específico dos indígenas Atikum do assentamento Benfica, é necessário que a FUNAI do Oeste da Bahia, com sede em Ibotirama, desenvolva tais políticas públicas sobre aspectos singulares da comunidade e viabilizem para que estas se efetivem, visto que, ao lidar com a terra diferencia-se da forma como outro grupo indígena da mesma etnia Atikum, por exemplo, trabalha com a terra, por que as condições, as vivências, o processo de ocupação, as aprendizagens, os saberes, são diferentes. Para além disso, é necessário que a FUNAI volte um olhar específico para a comunidade, pois como foi relatado pela líder dos indígenas:

O coordenador da FUNAI só veio aqui uma vez, e uma visita apenas não é suficiente para compreender toda a nossa dinâmica de comunidade, muito menos conhecimento suficiente sobre nós para elaborar um projeto de melhoria, eles têm que nos visitar mais vezes e acompanhar nossa rotina. Mas acho difícil contar com a ajuda deles, o antigo coordenador pediu exoneração do cargo e este que assumiu não conhecemos e não temos ideia de quando ele virá.

A autora Tassinari (1995) trabalhou o tema da reelaboração sociocultural que se aplica ao contexto atual. Dois enfoques: primeiro, as distintas realidades entre as sociedades dos indígenas e a nossa sociedade, e segundo as diversas peculiaridades entre os próprios povos indígenas.

Sobre o primeiro aspecto, a autora reflete acerca do seu próprio dia a dia, sua residência, sua rua, seu bairro, seu local de trabalho, horas de lazer, meios de transportes que utilizamos e etc., a fim de percebermos que este não é o único modo de vida dentro do sistema que chamamos de “nossa sociedade”. Há também as populações ribeirinhas, que, paralelo aos moradores do campo há diferenças pontuais que reflete no saber presente em cada local, fundamental para a vida familiar na sociedade.

As famílias indígenas do assentamento Benfica, possuem um modo de vida que se difere do assentamento Barriguda que fica há menos de 20 km, pois, enquanto os moradores do Benfica lidam com a pescaria, os moradores da Barriguda lidam com pasto para gado, que é diferente das famílias que moram na cidade de Barreiras, que é também diferente das famílias ribeirinhas que moram na comunidade do Val da Boa Esperança, pois, segundo Cardoso (2013), apresentam formas sociais de manejo na agricultura, pecuária e caça.

Assim, a autora supracitada diz que é um trabalho árduo estabelecer uma definição única para o que chamamos de nossa sociedade, por que esta é constituída de outras sociedades ao qual nos referimos de maneira genérica e evasiva de sociedades indígenas.

Ao nosso ver esse esforço para designar uma única acepção não deveria haver, porque seria limitar toda uma riqueza cultural, social e étnica que é inerente da história e da Geografia dos primeiros povos do Brasil. Ainda assim, não podemos fugir dos termos que sempre foram criados para enfatizar a diferença entre essas sociedades, como “civilizados”, “primitivos”, “tribos”, e mais contemporaneamente de subalternizados, ao passo que, entre os indígenas também há termos que distinguem uma aldeia da outra, como o mais conhecido “nossa gente”.

O reconhecimento ou a distinção entre os diversos modos do cotidiano depende das circunstâncias dos acontecimentos do dia a dia da vida de cada um. À primeira vista, dois grupos indígenas como os Atikums e os Kiriris nos aparentam muitos diferentes por serem de etnias distintas. Ao relacioná-los com residentes de povoados não indígenas, características destes grupos irão se sobressair aos descobrirem coisas em comum como a forma de relacionar a terra, ideais identitários, lutas por políticas sociais, dentre outros. Em contrapartida, existem povoados de pessoas que não são indígenas que se identificam mais com estes, do que com as pessoas da cidade.

O caso do assentamento Benfica é o exemplo claro, além das famílias indígenas, moram também as famílias de outras etnias, brancas, negras, que ajudaram a criar o assentamento e residem lá até os dias atuais. Embora um grupo de moradores se diferencie dos outros por pertencer a uma etnia, há características mais marcantes e que

dão maior significado ao se identificar com os outros moradores que não são indígenas, como o cotidiano do assentamento, aquela vida mais pacata, tranquila, simples, as ações desenvolvidas como o trabalho de pescaria, as articulações da escola, e a própria organização familiar do assentamento. O indígena sai do seu espaço e circula pelo espaço dos homens brancos, adotando os costumes da cultura ocidental colonialista, muitas das vezes.

Portanto, fica claro que embora o advento da globalização ameace extinguir o processo de reelaboração sociocultural através do capitalismo que a cada dia (re) afirma qual modelo de cultura deve predominar, vemos que os povos indígenas são o centro de uma rede de contato que influenciam mutuamente uns aos outros, e são essas relações que nos conduzem a assumir traços congêneres, bem como de re-existência.

Mesmo que estes povos sejam vistos como subalternizados, despossuídos de seus direitos, à margem da “sociedade”, cada pessoa que se propõe a estudar, vivenciar o modo de vida desses povos, as barreiras espaciais se rompem. Dessa forma, compreendemos que a reelaboração sociocultural, a identidade dos povos indígenas, suas re-existências, seus empoderamentos dos conhecimentos científicos, bem com a luta pelo reconhecimento são fundamentais para trilharmos os primeiros passos para uma Geografia Escolar Decolonial.

4 | OS DESAFIOS PARA UMA GEOGRAFIA ESCOLAR DECOLONIAL: O CASO DOS INDÍGENAS ATIKUM

Na Geografia escolar a questão da reelaboração sociocultural apresenta uma riqueza de temas a serem abordados como já apontados acima. A Geografia Escolar tradicional ao reproduzir os dogmas e as ações das ciências modernas no espaço escolar acaba não conseguindo desconstruir as representações, os discursos e os preconceitos impregnados nas espacialidades dos seres humanos em seus territórios vividos. Todavia, há sempre iniciativas que transgride o ato de observar e descrever paisagens, de forma a comprometer-se com as relações histórico-étnicas-socioculturais, bem como com as ideologias, as questões de gênero e suas interferências nas territorialidades humanas.

O assentamento Benfica localizado na reforma agrária do município Angical – BA, e possui duas escolas: a Escola Municipal Indígena Atikum e a Escola Municipal São João, conforme figuras a seguir.



FIGURA 2: Escolas do Assentamento Benfica

Foto: Borges (2016)



FIGURA 3: Escola Municipal São João

Foto: Borges (2016)

As duas escolas são registradas na Secretaria Municipal de Educação do município de Cotegipe – BA ocasionando uma dificuldade administrativo como já foi mencionado neste texto. A primeira é o conflito administrativo. A segunda se deve a junção das duas escolas com a proposta de multisseriadas. Com essas mudanças, dificultou ainda mais a implementação da escola indígena e também a escola do campo no Assentamento Benfica.

Por exemplo, a escola São João existe desde o início da criação do assentamento, a escola indígena que só possui dois anos de registro, seria findada. A escola Atikum existiria somente nos documentos da secretaria de educação de Cotegipe, na prática, seu fechamento seria pontual. Os recursos destinados para essa escola seriam utilizados em outras. Diante disso, os professores indígenas não poderiam trabalhar componentes curriculares específicos da cultura indígena Atikum, conforme o relato da professora L:

Isso a gente não aceita, nossa escola já é registrada, se acabar com a nossa escola, como vamos trabalhar a parte da nossa cultura? Porque temos medo dos pais dos alunos que não são indígenas não querer que a gente trabalha isso com os filhos deles, e mais que isso, os alunos que não são indígenas, não vão querer participar das nossas atividades³.

O cacique complementa:

No dia que estávamos nesse embate com a secretária eu falei pra ela, os alunos que não são indígenas não vão querer dançar nossa dança Toré. Por que dentro de comunidades indígenas tem índios que não gostam, então como que aqueles que não são, vão querer? Então no dia que as professoras falarem assim: vamos fazer tal atividade, os alunos vão responder: Eu que não vou fazer, eu não sou índio. E nós não podemos obrigar eles a participar, a gente não pode obrigar nem quem é índio, imagina quem não é.

Como se observam nas falas acima, há resistências dos professores (as) bem como dificuldades em relação a aceitação cultural dos rituais, dos hábitos e costumes dos Atikum. Infelizmente, o resultado será o incremento da opressão que pode reforçar as desigualdades e as indefinições dos conteúdos. Dessa forma, as dificuldades de implementar uma Geografia Escolar Decolonial dos indígenas Atikum é enfrentar as atitudes administrativas do município e não “tratar igualmente os desiguais”, com bem já apontou Freire (1987).

Mesmo diante desses ataques, durante as nossas observações em campo foi possível observar o esforço dos Atikum em valorizar sua identidade e sua cultura no currículo escolar. Todavia, a entidade mantenedora (poder municipal), nada faz para adequar o currículo escolar as suas especificidades, a escola é limitada ao mesmo currículo unificado para o sistema de ensino municipal.

Sobre esse contexto, o cacique dos Atikum nos salientou que mesmo com os diálogos possíveis que tiveram com a Secretaria de Educação do município de Cotegipe, BA, não houve consenso. Também os indígenas relataram que não se conformaram de correr o risco de deixar sua cultura morrer, decidiram todos se juntarem financeiramente e com a força de trabalho, compraram blocos, cimento e portas para construir a escola para seus filhos. Desse modo, todos ajudaram na construção: os indígenas adultos cortaram as madeiras para o telhado e as crianças ajudaram a capinar o mato que tomava conta do espaço escolar.

Outro desafio se encontra no currículo da Escola indígena. O currículo é igual da Escola Municipal São João da secretaria municipal de educação de Cotegipe, o que significa que são as mesmas diretrizes, objetivos de aprendizagem e conteúdo desta rede municipal. Neste interim, o outro desafio são as prioridades disciplinares da escola pelas disciplinas de matemática e português, bem como do Projeto Despertar – instituído pelo serviço nacional de aprendizagem rural (SENAR) e objetiva “desenvolver ações de formação profissional rural – FPR e atividades da promoção social – OS, voltadas ao homem no campo.

3. Relato apresentado por meio de uma roda de conversa na casa da professora indígenas, no assentamento Benfica, em junho de 2015.

Também não há nenhum outro órgão indigenista além da FUNAI próximo ao assentamento para acompanhar e orientar o esboço de um projeto político pedagógico específico e diferenciado de educação escolar indígena para os Atikum, de forma a evidenciar a autonomia indígena frente ao seu currículo específico, com a participação de pais, estudantes e comunidade em geral.

Diante deste panorama, compreende-se que o fato do governo viabilizar a elaboração de documentos orientadores das práticas educativas que auxiliem o trabalho educativo em comunidades indígenas, não significa que elas acontecem no espaço escolar que pesquisamos. Na prática, não há a efetiva realização de tal, visto que, as diversas etnias existentes no país, e em específico a etnia Atikum do Benfica, lutam diariamente pelo seu pleno reconhecimento e valorização de sua reelaboração sociocultural pautada em uma educação diferenciada e de qualidade.

Por último, ao longo da pesquisa, além desses desafios já apontados, percebemos também que há falta de formação continuada, o êxodo rural, a diminuição dos índices de natalidade e as alterações ambientais são desafios indiretos, porém, importantes para fazermos uma Geografia Escolar Decolonial.

5 | PARA (NÃO) CONCLUIR

O presente artigo buscou por meio dos procedimentos da Etnogeografia interligados com as observações em Geografia Escolar conviver, observar e analisar o cotidiano da educação escolar indígena Atikum. Ao longo da pesquisa podemos afirmar que a escola que as crianças, adolescentes e jovens indígenas Atikum estudam enfrenta dualidade de políticas públicas devido a indefinição dos limites municipais: Cotegipe ou Angical, BA. Também ficou evidente as dificuldades do sistema escolar dos municípios da região do Oeste da Bahia de valorizar o que já encontra nas orientações curriculares e na legislação relacionada as questões indígenas. Além disso, nos últimos anos, às iniciativas da implementação de uma escola indígena foi impactado pela política de nucleação das escolas do campo, que infelizmente se propaga em vários municípios da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia.

Todavia, o grupo indígena Atikum realiza a experiência de reelaboração do seu cotidiano escolar pois, seus principais agentes: estudantes e professores, são indígenas. Dessa forma, percebemos que se trata de uma realidade em processo contínuo de resignificação e a expectativa de uma escola intercultural com a identidade étnica Atikum para a escola de sua comunidade.

Diante dessa r-existência e do protagonismo desse grupo indígena sugerimos as seguintes orientações para a melhoria da vida escolar indígena de forma mais comunitária: definição do real papel de acompanhamento pedagógico das secretarias de educação de Cotegipe e FUNAI; elaboração participativa do currículo da escola indígena; realização

de visitas de professores(as) de outras comunidades indígenas, que possam compartilhar experiências vividas; implementação da modalidade ensino médio indígena; ofertar mini cursos interculturais que valorize a geografia vivida da comunidade indígenas Atikum;

Por fim, ao propormos uma outra geografia escolar para os indígenas Atikum enquanto possibilidade de valorizar os seus modos de vida em constante reelaboração, a preservação e conservação dos bens naturais dos seus lugares de vivência, os seus direitos, os seus territórios vividos é uma possibilidade de auxiliá-los em sua autonomia e de reelaboração sociocultural de sua etnia diante da fronteira agrícola na mesorregião do Extremo Oeste da Bahia, bem como no campo científico de iniciarmos a trilhar os itinerários de elaboração da Geografia Escolar Decolonial.

REFERENCIAS

BANIWA, Gersem Luciano. **Diversidade Cultural, Educação e a questão indígena**. In: BARROS, José Márcio (org.). **Diversidade Cultural: da proteção à promoção**. – Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação. In: SILVA, René Marc da Costa (Org). **Cultura popular e educação**. Brasília: Salto para o futuro/TV Escola/SEED/MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. – Brasília, 2012.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. – Brasília, 2014.

_____. Educação e Povos Indígenas: Construindo uma política nacional de educação escolar indígena. R. bras. Estágio pedagógico. Brasília, v.81, n 198, p. 273 – 283, 2003.

_____. **Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena**. In: **LDB da Educação Escolar Indígena**. Em aberto.

_____. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. – Brasília, 1998.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal, 2010.

CARDOSO, E. S.. **Paisagens e Lugares ribeirinhos- Conflitos e Identidade no Baixo Curso do rio de Ondas - Barreiras - BA**. Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online), v. 1, p. 59, 2013.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia Política: território, escalas de ação, e instituições**. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CLAVAL, Paul. **Etnogeografias – Conclusão. Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, n.7, p.64 – 72, jan./jun. 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17°. Ed. – Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Etnocultural**. In: RAMOS, Marise Nogueira et al. (Org.). **Diversidade na educação: Reflexões e experiências**. – Brasília: Secretaria de educação média e tecnológica. 2003.

GRUPIONI, Luís Donizete. **Educação em contexto de diversidade étnica: os povos no Brasil**. In: RAMOS, Marise Nogueira et al. (Org.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências**. – Brasília: Secretaria de educação média e tecnológica. 2013.

KADLUBITSKY, Lídia; JUNQUEIRA, Sérgio. **Diversidade Cultural e Políticas Públicas Educacionais**. Santa Maria: v. 34, n. 1, p. 179 – 194, jan/abr. 2009.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural**. In: **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Org: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi - Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do Comportamento 180, 187

Anos Iniciais 167, 168, 178, 203

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 25, 27, 34, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 60, 66, 69, 71, 73, 75, 78, 82, 85, 90, 98, 99, 100, 117, 122, 123, 124, 125, 128, 130, 131, 136, 138, 140, 141, 145, 146, 148, 150, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 168, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 191, 193, 195, 201, 203

Autoria 32, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 171

B

BNCC 18, 108, 110, 112, 114, 116, 117, 119, 121, 142, 143, 197, 198, 202, 203, 204

C

Cartográfica escolar 116

Ciências Humanas 116, 117, 118, 119, 192

Colorir 180, 181, 182, 185, 186

Conselhos Escolares 197, 199, 200, 202, 204

Contextualização 2, 31, 52, 116

Conto 24, 25, 26, 31, 32, 33, 34

Criança 7, 8, 9, 11, 12, 13, 47, 50, 52, 53, 55, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 114, 119, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 157, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 180, 182, 183, 184

Cultura 1, 2, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 27, 29, 38, 39, 40, 44, 47, 69, 70, 72, 73, 76, 77, 80, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 92, 100, 122, 123, 124, 125, 129, 131, 132, 148, 149, 151, 154, 155, 158, 159, 161, 170, 171, 182, 192, 202, 204, 205

Currículo 10, 19, 20, 23, 25, 27, 30, 90, 91, 129, 131, 141, 153, 155, 197, 204

D

Desenho Infantil 133, 137

Docência 17, 18, 20, 22, 23, 205

E

Educação 2, 10, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 36, 38, 44, 45, 47, 55, 56, 67, 69, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 115, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135,

136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 171, 172, 176, 178, 179, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Educação de Jovens e Adultos 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196

Educação Escolar Indígena 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 91, 92

Educação Infantil 17, 18, 23, 45, 47, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 112, 115, 117, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 147, 160, 162, 202, 203

Educação Musical 139, 146, 147, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Ensino e pesquisa 24

Ensino Fundamental 1, 2, 10, 14, 15, 16, 57, 58, 61, 67, 94, 96, 116, 117, 118, 167, 168, 173, 178, 192, 193

Escola São João do Tauape 94, 95, 96

Escrita 29, 30, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 135, 150, 153

Etnogeografia 78, 91

F

Formação 3, 12, 13, 17, 18, 20, 22, 23, 26, 28, 30, 31, 34, 38, 42, 45, 50, 55, 56, 59, 60, 67, 73, 76, 80, 90, 91, 96, 100, 103, 107, 117, 124, 125, 128, 131, 132, 139, 140, 157, 164, 169, 170, 191, 193, 194, 199, 200, 202, 204, 205

formação de leitor 50

Formação de Leitor 45

G

Grêmios Estudantis 122, 123, 127, 129

I

Identidade 24, 29, 30, 69, 72, 73, 76, 78, 88, 90, 91, 92, 110, 147, 163, 169, 172

Igreja Católica 52, 94, 95

Indisciplina 51, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 158, 159

Infância 3, 46, 47, 77, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 147, 151, 153, 164, 165, 170

Interculturalidade 78, 82, 83, 148

Interdisciplinaridade 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 69, 70, 72, 73, 77

J

Jovens 29, 69, 72, 73, 74, 76, 91, 124, 129, 136, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

L

Leitura 21, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 66, 67, 78, 100, 104, 129, 130, 138, 144, 153, 191

Ludicidade 148, 205

M

Meio Ambiente 19, 106, 107, 109, 111, 114, 116, 134, 176

Miriti 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16

Montessori 139, 140, 143, 144, 147

Multiletramentos 57, 59, 61, 67

Música 32, 41, 72, 75, 86, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 155, 158, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194

Música na EJA 188, 190, 193

P

Políticas educacionais 86, 197, 201

Práticas de linguagem 57

Práticas Pedagógicas 1, 11, 12, 13, 14, 20, 27, 81, 82, 126, 148, 165, 197, 204

Projeto Político-Pedagógico 197, 199, 200

R

Reciclagem 106, 107, 109, 110

Relacionamentos interpessoais 167, 168, 170

Responsividade 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67

S

Sequência 71, 83, 143, 180, 181, 183, 184, 185, 186

Sistema educacional Chinês 148, 161

T

Tapete vermelho 36, 37

Tapete Vermelho 36, 37, 40, 44

Texto literário 24, 25

Tribos Urbanas 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76

U

Universo Imaginário 133, 135, 137

V

Varição linguística 36, 44, 75

W

Web rádio 122, 124, 126, 127, 128, 129

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

8

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020

EDUCAÇÃO:

ATUALIDADE E CAPACIDADE
DE TRANSFORMAÇÃO DO
CONHECIMENTO GERADO

8

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(ORGANIZADOR)

Atena
Editora

Ano 2020